

6

REGIMENTO INTERNO DA REGIÃO
SÃO PAULO

Em 30 de abril de 1965.

Senhor Ministro Presidente.

Em atendimento ao que preceitua o artigo 13, nº 26, do Regimento Interno dêste Tribunal, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de V. Excia. um Relatório Geral das diversas atividades desenvolvidas no correr de 1964 pela Justiça do Trabalho da 2ª Região, integrada pelo Tribunal - como órgão de 2ª instância - 23 Juntas de Conciliação e Julgamento na capital, 20 outras no interior de São Paulo, 4 no Estado do Paraná e duas em Mato Grosso.

Permito-me ainda fazer uma esplanação, o quanto possível detalhada, dos trabalhos executados ou determinados por esta Presidência, no curso do mandato que lhe foi conferido pelos ilustres Juízes que compõem o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

DO TRIBUNAL

C O M P O S I C A Ó

Ocupou a vice-Presidência do E. Tribunal, em 1964, o eminentíssimo Juiz José Teixeira Penteado, o qual, sempre que chamado ao exercício da Presidência, da mesma desincumbiu-se proficuamente, dignificando, pelo acerto de suas decisões, o conceito de que desfruta esta Justiça; e como de mais membros titulares os Exmos. Srs. Juízes Hélio Tupinambá Fonseca, Décio de Toledo Leite, Homero Diniz Gonçalves, Carlos de Figueiredo Sá, Wilson de Souza Campos Batalha e Antônio José Fava - os dois últimos, representantes classistas.

S U B S T I T U I Ç Õ E S

Face ao afastamento de Juízes togados, em decorrência de férias, licenças para tratamento de saúde, etc., tiverem assento nesta Corte, na forma prevista pelo Regimento / Interno, os Srs. Juízes Carlos Bandeira Lins, Gilberto Barreto Fragoso, Fernando de Oliveira Coutinho e Roberto Barreto Prado. Pelas mesmas razões substituiram aos Juízes classistas os Srs. João Alberto Bressan e José Antônio Ribeiro.

Cumpre ressaltar que o Juiz José Ney Serrão, embora afastado para tratamento de saúde, chegou a participar de algumas sessões extraordinárias. Todavia, após exame por Junta Médica competente, procedido em 7/10/64, foi considerado/ como definitivamente incapaz para o exercício de suas funções. Com base no Laudo Médico iniciou-se o processo de sua aposentadoria.

A P O S E N T A D O R I A

Nos meses de junho e agosto o Tribunal autorizou o processamento legal dos pedidos de aposentadoria formulados pelo Dr. Rodolpho de Moraes Barros, Juiz Presidente da 11a J.C.J. e Dr. Antônio Felipe Domingues Uchôa, titular da 9a J.C.J., ambas desta capital. Os respectivos atos de aposentadoria foram publicados no Diário Oficial da União em 5/11/64 e 17/12/64.

P E R M U T A

Por Decreto Federal de 3 de julho de 1964, publicado em mesma data no Diário Oficial da União, operou-se a remoção por permuta dos Juízes Presidentes das Juntas de Ponta Grossa e 2a de Curitiba. O Dr. Júlio Assumpção Malhadas , titular desta última, ocupou a Presidência da Junta de Ponta Grossa; simultaneamente, o Dr. Floriano Corrêa Vaz da Silva , de Ponta Grossa, passou a presidir a 2a Junta de Curitiba.

R E M O Ç Ã O

Em decorrência da aposentadoria compulsória do Dr. Rodolpho de Moraes Barros, logo em julho abriu-se concurso de remoção para o preenchimento de vaga na 11a J.C.J. Declarado o prazo de lei para as inscrições, foi indicado, por

por ser o mais antigo, o Dr. Helder de Almeida Carvalho, atual Juiz Presidente da Junta de Santo André. Ato contínuo, foi determinada a abertura de concurso de remoção para esta última.

Com a publicação, em dezembro, do ato de aposentadoria do Dr. Antônio Felippe Domingues Uchôa, ordenou o Tribunal novo concurso de remoção. Agora para a Presidência da 9a Junta de Conciliação e Julgamento.

C O N C U R S O

O Concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, cuja abertura fôra autorizada em 1963, teve seu curso normal em 1964. Inscreveram-se regularmente 528 candidatos. Dêstes, 61 alcançaram média igual ou superior a 5 (cinco): aprovados, portanto.

Das mais destacadas a participação dos membros que integraram a Comissão de Concurso. Os Drs. Alvino Lima, Bartholomeu Bueno de Miranda, Décio de Toledo Leite e Hélio / Tupinambá Fonseca, indistintamente, pela reconhecida idoneidade, delicadeza de trato e notório saber jurídico, impuseram-se ao acatamento de todos, contribuindo inestimavelmente/ para o sucesso obtido na realização do referido concurso.

I N D I C A Ç Õ E S

Cinco foram as indicações visando ao preenchimento das três vagas existentes. A primeira lista tríplice encaminhada teve a encabeçá-la o nome do bacharel Benedito Roberto Franco, remanescente do concurso feito em 1960, classificado em último lugar, e que teve sua indicação assegurada por decisão do E. Tribunal. Os bacharéis Weber Martins Baptista e Djalma Lúcio Gabriel Barreto, classificados em 1^º e 2^º lugar no último concurso, completaram a referida relação tríplice. Os remanescentes desta, mais os bacharéis Hildéa / Reinert e Jorge de Oliveira Coutinho (3^º e 4^º classificados), compuseram as sucessivas listas destinadas ao provimento da segunda e terceira vagas.

S E S S Õ E S

138 sessões, entre ordinárias (109) e extraor -

extraordinárias (29), foram realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no passar de 1964. Um total de 5.586 processos encontraram julgamento, o que permite estabelecer / média superior a 50 processos examinados em cada reunião. Ao mesmo tempo, atesta com eloquência o grau de esforço e empenho dos Srs. Magistrados que, a todo risco, procuraram cumprir com equilíbrio e serenidade, a árdua tarefa de julgar, sem o sacrifício de uma justiça rápida.

Do êxito participam por igual os ilustres Procuradores e Advogados que nesta Justiça atuam, absolutamente fiéis aos princípios que orientam suas respectivas esferas de atividades; e, ainda, todos os funcionários que, invariably, com eficiência e zelo, se dedicaram às suas funções.

DECISÕES

Findo o ano de 1963, 2.996 processos ficaram pendentes de exame. Somados aos 6.190 que deram entrada em 1964, totalizaram 9.186, dos quais foram julgados 5.469 além de 117 outros novamente apreciados em virtude de embargos de declaração. Alcançou, pois, 5.586 o número de feitos解决ados em 1964, e 3.600 o total daqueles que passaram ao ano seguinte sem julgamento. Vale observar que de todos os Agravos de Petição apresentados no ano, nenhum ficou pendente de apreciação.

HOMOLOGAÇÃO

Concluído o concurso para provimento dos cargos de Auxiliar Judiciário e Servente, realizado no exercício anterior, logo em janeiro decidiu o Tribunal homologar o resultado do mencionado concurso, determinando a nomeação em caráter efetivo dos candidatos aprovados e classificados.

*

Sob a Presidência do Juiz Homero Diniz Gonçalves, em fevereiro, autorizou o Tribunal a abertura de concurso para o preenchimento dos cargos de Auxiliar Judiciário e Servente, pertinentes às Juntas de Conciliação e Julgamento / situadas no Estado do Paraná.

JUSTIÇA DO TRABALHO

O resultado obtido foi homologado em julho e, a seguir, procedidas as nomeações dos candidatos aprovados e classificados.

C O M P E T È N C I A

Em junho o Juiz de Direito da 1^a Vara dos Feitos da Fazenda Nacional, em São Paulo, Dr. Ely Lopes Meirelles, apreciou e concedeu Mandado de Segurança impetrado contra ato desta Presidência, que deixou de nomear certo candidato inscrito, aprovado, mas não classificado em concurso de Auxiliar Judiciário realizado nesta Justiça. Em consequência, determinou aquela autoridade a imediata nomeação do impetrante.

Expressando o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região, segundo o qual não cabia à Justiça Comum deliberar sobre a matéria, o Juiz Carlos Bandeira Lins, deste Tribunal, frente à decisão prolatada, levantou o conflito positivo.

Examinando o respectivo processo, em fins de outubro, o Colendo Supremo Tribunal Federal decidiu pela competência desta Justiça no julgamento de Mandados cuja natureza seja idêntica à daquêle que deu origem ao mencionado conflito entre este Tribunal e a Justiça Comum.

R E C E P C Õ E S

O Tribunal Regional do Trabalho da 2^a Região foi sumamente honrado com a visita que, em fins de fevereiro, lhe fez V. Excia., na qualidade de eminente Presidente do E. Tribunal Superior do Trabalho. V. Excia., como figura ímpar de jurista e de emérito administrador, veio tornar mais estreitos os vínculos que unem os dois órgãos judicantes, possibilitando maior coordenação e mais perfeito entrosamento entre os mesmos.

*

Setembro marcou de modo indelével a presença / nesta Justiça do DD. Corregedor Geral, Ministro Delfim Moreira Júnior. Espírito lúcido e de invejável conhecimento jurídico, pontificou pela cordialidade, lhaneza de trato e sobre-

JUSTIÇA DO TRABALHO

sobretudo, absoluta exação no cumprimento de seus deveres funcionais.

*

Quase ao encerrar-se o ano, o T.R.T. recebeu a significante visita do Ministro Júlio Barata que, pouco antes, assumira a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

*

Aos primeiros dias de 1964 era o Dr. Fernando Nóbrega, DD. Ministro desse Tribunal Superior, quem ingressava no recinto desta Justiça para um informal e agradável contacto de cortesia.

*

Acompanhado pelo professor A. F. Cezarino Júnior, da Universidade de São Paulo, em fevereiro um grupo de alunos da Faculdade de Direito de Tucuman, Argentina, percorreu as dependências desta Casa, interessando-se de modo especial pelo funcionamento de todos os seus órgãos integrantes.

VENCIMENTOS

Em julho foi proposta a aplicação de nova tabela de vencimentos aos funcionários da Secretaria deste Tribunal, com apoio na Resolução nº 16 do Tribunal Superior do Trabalho, que extendera aos seus servidores a tabela de vencimentos do Legislativo.

Após cuidadoso estudo da matéria, resolveu o T.R.T. aprovar a citada propositura.

MENSAGENS

No correr de 1964 cinco foram as Mensagens enviadas ao Congresso Nacional, tendo a maioria delas por objeto a solicitação de créditos: ora especiais, ora suplementares, destinados às mais variadas subconsignações.

Cumpre salientar que, raras exceções, tiveram elas como denominador comum de suas justificativas, a insufi-

JUSTIÇA DO TRABALHO

insuficiência de verbas para o atendimento de Substituição , Adicional e Salário-Família.

LOCACÃO

O Tribunal Regional do Trabalho teve ocasião de firmar inúmeros contratos de locação no exercício de 1964. Assim é que foi aprovado expediente relativo à locação de imóveis destinados à instalação das Juntas de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa, Londrina e Campinas - as duas primeiras no Estado do Paraná e a última no interior de São Paulo.

Os respectivos contratos acham-se regularmente aprovados pelo Egrégio Tribunal de Contas da União.

MUDANÇA

Em princípios de janeiro o Tribunal deixou a rua Rêgo Freitas 527, onde funcionava desde o ano de 1957. Isto porque o edifício já não comportava, em suas exiguas e pouco numerosas dependências, a sede do T.R.T., as 23 Juntas de Conciliação e Julgamento bem como os demais órgãos componentes da Justiça do Trabalho em São Paulo.

Locado o imóvel e concretizada sua adaptação, providências tomadas no exercício anterior, passou o Tribunal Regional do Trabalho a ocupar nova sede, a rua Brigadeiro Tobias 722, onde se encontra condignamente instalado.

PESAR

Inúmeros votos de pesar foram propostos e acolhidos pelos Srs. Juízes do Tribunal, no curso do ano que passou. Personalidades, as mais distintas, foram lembradas, além de ressaltada a participação que tiveram no campo social, religioso ou jurídico. Rendendo-lhes essa última e singela homenagem , procurou o Tribunal prestar-lhes o merecido tributo por tudo quanto realizaram.

Em sessão de maio, por sugestão do Juiz Homero / Diniz Gonçalves, foi prestada homenagem póstuma a Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil e decano do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro.

*

Idêntica forma de homenagem foi tributada à memória do insigne professor Waldemar Ferreira, cujo desenlace / verificou-se em agosto. Ofício foi enviado à Reitoria da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, lamentando o infiusto acontecimento que privou o país de uma de suas expoentes culturas e luminares inteligências.

*

Tão surpreendente quanto sentida foi a notícia / do passamento do eminentíssimo Ministro Delfim Moreira Júnior, DD. Corregedor Geral da Justiça do Trabalho e que dias antes estivera, no exercício de suas funções, em visita a este Tribunal. Reunidos em outubro e ainda sob o traumatismo causado, os Srs. Juízes, de forma uníssona, mencionaram a elevada retidão moral e notável cultura jurídica do extinto, após o que fizeram constar em Ata, voto do mais profundo pesar pelo triste desaparecimento, que tão intensamente enlutou e sensibilizou a família trabalhista.

INAUGURAÇÕES

Em solenidades a que estiveram presentes inúmeras autoridades, em 9 de março foram inauguradas as 21^a e 22^a; e, em 16 de março, as 20^a e 23^a Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

*

Em 31 de março foi inaugurado o Ambulatório Médico deste Tribunal, que recebeu o nome de "Dr. Décio de Toledo Leite".

Homenagem das mais justas e procedentes, dela participando, por uma só voz, todos os Srs. Juízes ao examinarem / o acolherem a respectiva proposta. Lembrou-se na oportunidade que foi S. Excia. quem provocou, através Mensagem de reestruturação do Quadro do Pessoal, a criação do Serviço Médico da Justiça do Trabalho da 2^a Região.

*

Instalada por iniciativa da Associação dos Advogados

Advogados de São Paulo em colaboração com a Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, inaugurou-se em 27 de novembro, neste Tribunal, a "Sala Prof. Azevedo Marques" - destinada aos advogados que nesta Justiça militam.

Atribuindo à referida Sala o nome ilustre de Azevedo Marques, objetivaram seus idealizadores prestar a mais lídima homenagem ao emérito jurista, político, professor e primeiro Presidente da O.A.B. em São Paulo.

PROVIMENTO

Em sessão de 6 de abril deliberou o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região aprovar Provimento fixando as atribuições das secções do Material, Almoxarifado, Orçamento e Controle de Pagamento, em decorrência do que dispõe a lei 4244 de 20 de julho de 1963.

Nos termos deste diploma legal, todo o expediente relativo à aquisição de material, pagamento de aluguel, luz, etc., antes elaborado pelo Departamento Federal de Compras , passou a ser executado por este Tribunal.

Daí ter-se tornado imprescindível uma reformulação no Serviço Administrativo, estabelecendo-se novos limites/nas atribuições de cada uma das referidas secções, delas fazendo resultar a Comissão de Compras - órgão dotado de normas próprias e destinado a completar as atividades daquelas.

*

Dos mais intensos o movimento geral registrado na Sala do Secretário, suplantando em muito o de anos passados. Dentre tantos dados, pode ser destacada a remessa de 1624 ofícios, tratando principalmente da convocação de partes para a instrução de dissídios coletivos. Simultaneamente, quase uma centena de telegramas foi endereçada, na maioria das vezes ao SEPT, departamento do Ministério do Trabalho que, por suas atividades específicas, forneceu ao TRT informações ligadas à elevação do custo de vida.

De outra parte, 56 pautas de julgamento foram publicadas, valendo recordar que, em lugar de 3 como antes se fazia, apenas uma pauta passou a ser elaborada semanalmente, contendo cada uma delas 126 processos. O novo método estabelecido trouxe considerável rendimento, atestado pelo substancial a-

acréscimo de processos julgados.

P R E S I D Ê N C I A

Não obstante minha posse tenha ocorrido em setembro de 1963, efetivamente foi 1964 o primeiro ano de gestão. Em linhas gerais a Justiça do Trabalho conservou seu sistema normal de funcionamento. Entretanto, algumas alterações foram introduzidas tendo em vista a tramitação rápida dos processos, o atendimento eficiente das partes e, finalmente, um sincronismo mais perfeito entre seus diferentes Serviços.

Passou-se assim a relacionar, organizar, catalogar e numerar os acórdãos, com a correspondente publicação das súmulas na imprensa oficial. Também a distribuição de processos começou a ser publicada, eliminando um grave inconveniente então existente para as partes, que não tinham, até a data do julgamento, qualquer notícia sobre o andamento dos feitos.

*

Embora gerando alguma controvérsia, determinou a Presidência, em novembro, fôssem os vencimentos dos Senhores / Juízes pagos sem a inclusão do Nível Universitário e o Abono de Permanência - conforme preceitua a Lei 4.439 de 30 de outubro de 1964. E os adicionais por tempo de serviço calculados/ na base de quinquênios, nos termos da referida Lei dos Magistrados.

*

Autorizada pelo Tribunal Regional do Trabalho a ausentar-se da sede, em setembro a Presidência dirigiu-se à Brasília onde tratou de vários problemas de interesse desta Justiça, mormente de natureza administrativa.

S E C R E T A R I A

A nova e variada legislação de caráter administrativo, somada à instalação de outras Juntas de Conciliação e Julgamento, elevando ainda mais o já acentuado movimento geral da Justiça do Trabalho - sobre carregaram sensivelmente as atividades pertinentes à Secretaria. Nem por isso seu funcionamen-

JUSTIÇA DO TRABALHO

funcionamento sofreu solução de continuidade. O alto descontínuo e a insuperável experiência de seu ilustre Diretor, Sr. Mário Pimenta de Moura, asseguraram-lhe a permanente normalidade de seus serviços e amoldaram-na, sempre que necessário, às circunstâncias impostas pelo progresso dos novos tempos.

ADMINISTRAÇÃO

Como foi dito, não apenas a instalação de novas Juntas, com o consequente deslocamento de Juízes e funcionários para a composição de seus quadros; ou o processamento dos atos de nomeação efetiva dos servidores aprovados em concurso/recentemente realizado; ou a obrigatoriedade de remessa periódica de materiais imprescindíveis ao funcionamento de tais órgãos - mas, essencialmente, as modificações ou novas atribuições de serviços introduzidas pelas leis 4.244 de 20/7/63, 2.401 de 10/9/64 e 4.493 de 24/11/64, vieram assoberbar o Serviço Administrativo, engolfando indistintamente as Secções do Pessoal, Material, Comissão de Compras, Orçamento e Controle / de Pagamento.

*

Os 797 ofícios expedidos; 764 Portarias lavradas; 780 cadastros de Juízes e funcionários executados; 256 títulos apostilados; 5.438 anotações elaboradas em fichas funcionais e os 183 processos que seguiram devidamente informados , constituem bem uma amostra do quanto realizou a Secção do Pessoal no ano de 1964.

*

Pela Secção do Material foram expedidos 245 ofícios e 455 ordens de serviços, cumprindo salientar que mais de 5 mil autorizações para fornecimento de material foram levadas a efeito - números que, por si sós, atestam o volume de trabalho com que se defrontou o órgão em tela.

*

Além do pagamento de servidores, enfeixando a elaboração de cálculos, averbações em fôlhas, preparação de

JUSTIÇA DO TRABALHO

preparação de cheques e avisos de depósitos (11.491), Relação de Consignações (2.340), Boletins de Alteração (5.500), etc., expediente que sempre lhe incumbiu, coube ainda à Secção de Orçamento e Controle de Pagamento, em 1964, o desempenho de novas e árduas tarefas.

Assim, em decorrência da lei 4.244/63, "que estabelece normas para o recebimento de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho", combinada com a de nº 4.401/64, "que estabelece normas para a licitação de serviços e obras e aquisição de material ...", outras atribuições lhe foram conferidas, como sejam, as de efetuar o pagamento de todas as contas de serviços de terceiros, das aquisições de material efetuadas pela Comissão de Compras; organizar a prestação de contas do T.R.T. à Presidência, trimestralmente; e, ao Tribunal de Contas da União, semestralmente; autuar e instruir papéis ou processos relativos a assuntos econômico-financeiros do T.R.T., emitindo parecer conclusivo ou propondo as diligências que considerar cabíveis.

Também o processamento de aposentadoria dos magistrados e funcionários, bem como o pagamento de seus respectivos proventos, passaram a alçada da Secção de Orçamento e Controle de Pagamento, por força do que prescreve a lei / 4.493/64.

*

Reestruturadas as Secções da Secretaria, em razão da lei 4.244/64, foi organizada a Comissão de Compras, cujo funcionamento ocorreu a partir de 17 de abril de 1964. É de sua competência realizar Concorrências e Coletas de Preços para a aquisição de material; submeter os correspondentes processos à deliberação da Presidência; examinar o material / entregue, declarando se o mesmo atende às especificações feitas; opinar sobre o levantamento de cauções; examinar e aprovar os termos dos contratos de fornecimento ou de prestação / de serviços, etc..

Embora iniciando suas atividades já no segundo trimestre, processou e concluiu 146 Coletas de Preços, 26 Concorrências Administrativas, 2 Concorrências Públicas e realizou 56 Compras Diretas. Paralelamente e como consequência dessas atividades, procedeu aos pedidos de inscrição de fornece-

JUSTIÇA DO TRABALHO

fornecedores, selecionou as firmas especializadas, elaborou 245 Autorizações de Compras e remeteu 160 ofícios.

JUDICIÁRIO

Na mesma proporção dos anos anteriores foi a elevação dos trabalhos que pesaram sobre o Serviço Judiciário em 1964 - espelhando desse modo o que tem sido uma constante em todos os setores da Justiça do Trabalho.

Efetivamente, nada menos de 10.898 notificações foram expedidas; publicados 4.991 acórdãos, extraídas mais de 8.000 Certidões, lavrados cerca de 5.500 Acórdãos. Em emolumentos de Certidões, de Traslados e em Custas Processuais foram contados, respectivamente, R\$ 703.087, R\$ 332.206, R\$ 725.504.

COMUNICAÇÕES

Também o Serviço de Comunicações apresentou mais intenso índice de atividade, comparativamente ao exercício de 1963. O número de recorrentes protocolados atingiu 14.943, enquanto foi de 2.440 o total de processos recebidos do T.S.T. e S.T.F. Ao Arquivo Geral foram remetidos 419 processos e, finalmente, expedidos 137 ofícios sobre assuntos diversos.

CONTADORIA

Com percentagem de alta superior a 60% em relação ao ano que passou (3.371 processos recebidos), a Contadoria Geral calculou, em condenações constituídas pelo principal e por juros de mora, um total de R\$ 796.685.033. Para as Custas arrecadadas em estampilhas federais as cifras alcançaram R\$... 16.005.381, importando as duas parcelas num todo equivalente a R\$ 812.690.414.

DISTRIBUIÇÃO

As cidades de São Paulo, Santos e Curitiba, pelo fato de possuirem mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento, obviamente são dotadas dos serviços de Distribuição. Não obstante a subordinação de tais órgãos ao Tribunal Regional do Trabalho - artigo 715 da C.L.T. - aqueles existentes em Curi-

JUSTIÇA DO TRABALHO

Curitiba e Santos, pela distância da sede, são supervisionados por um dos Juízes Presidentes de Juntas da respectiva comarca.

A medida prossegue sistematicamente produzindo os mais satisfatórios resultados, assegurando ordem e equilíbrio na divisão dos trabalhos, como é de sua essência.

parceria entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo

*

Em 1964 coube à Distribuição atender, na capital paulista, a 48.902 reclamações para 66.311 reclamantes. Fugindo à regra, registrou-se nessa área uma pequena redução numérica, comparativamente ao exercício passado. O mesmo ocorreu com a distribuição de Cartas Precatórias que alcançara em 1963 a um total de 2.713, restringindo-se neste ano a 2.463.

*

A cidade de Santos apresentou movimento substancialmente maior que o verificado nos exercícios precedentes, muito embora e paradoxalmente o número de reclamações recebida em 1964 seja equivalente ao de 1963: 3.945 e 4.032, respectivamente. O fato explica-se por motivo de alteração procedida nos serviços de Distribuição por ordem de seu DD. Corregedor. Assim, as reclamações verbais, até então individuais, passaram a ser plúrimas, respeitada a identidade de matéria.

*

Elevou-se igualmente o índice de atividades registrado pela Distribuição de Curitiba, Estado do Paraná.

Instalada no crepúsculo de 1962, distribuiu no ano seguinte 3.153 reclamações, total este que atingiu, no exercício a que se refere o presente relatório, 3.289 reclamações.

OFICIAIS DE JUSTICA

Em 1964 a Sala dos Oficiais de Justiça reproduziu o êxito alcançado nos anos precedentes. Instituída para seguir caminho diverso do traçado pelo artigo 721 da C.L.T., isto é, um Oficial para cada Junta, deu ela solução racional ao pro-

JUSTIÇA DO TRABALHO

problema originado pelo grande número de execuções. Nos termos da Portaria que a criou, a jurisdição da capital foi fraccionada em 21 zonas de trabalho, encarregando-se de cada uma delas um Oficial de Justiça. De outra parte, a utilização de Certidões e Autos impressos, permitindo padronização, facilitou sobremaneira o desempenho das funções dos Oficiais e proporcionou maior eficiência ao serviço.

Não é demais ressaltar que, dos 33.469 mandados e notificações recebidos pela Sala dos Oficiais - 60% dos feitos distribuídos na Justiça do Trabalho - todos foram integralmente cumpridos. O mapa anexo oferece outros detalhes que informam de modo inequívoco a consagração obtida pela Sala dos Oficiais de Justiça.

SALA DE HOMOLOGAÇÕES

Em decorrência da lei 4.066 de 28 de maio de 1962, foi organizada na Justiça do Trabalho da 2ª Região, a Sala de Homologações.

Suas atividades, iniciadas em julho daquele ano, vêm se apresentando num crescendo sucessivo e invariável. Assim é que, em 1963, ainda não perfeitamente ajustada e adaptada aos novos serviços, a Sala de Homologações, para o atendimento dos casos propostos, teve de funcionar em dois períodos/diários. Findo o ano, 47.289 homologações haviam sido realizadas.

Em 1964, a racionalização dos trabalhos - fruto da experiência obtida nos exercícios precedentes - possibilitou à Sala de Homologações atender, com menor número de funcionários e em apenas um expediente diário, a 53.741 pedidos; isto é, 6.452 homologações mais que o ano anterior.

JUNTAS

A lei 3.873 de 30 de janeiro de 1961 criou, na Justiça do Trabalho da 2ª Região, 20 Juntas de Conciliação e Julgamento: 16 fora da sede e 4 na capital. As primeiras foram instaladas em 1962 e 1963. As de São Paulo, entretanto, por falta de local, não haviam ainda sido instaladas, o que somente ocorreu em 1964, quando foram devidamente adaptadas as

adaptadas as dependências deixadas pelo Tribunal, uma vez que este se transferira para novo edifício.

Elevando de 19 para 23 as Juntas de Conciliação e Julgamento em São Paulo, os benefícios não se fizeram esperar. Uma distribuição mais equitativa permitiu ligeiro descongestionamento no movimento geral de processos, estabelecendo condições para o melhor e mais breve atendimento das partes.

O maior número de reivindicações proporcionado aos trabalhadores em geral - caso típico do Estatuto do Trabalhador Rural - e a considerável evolução industrial que, cotidianamente, vai se extendendo a todos os pontos do território nacional, respondem pelo constante aumento de reclamações. Não obstante algumas Juntas apresentem movimento relativamente pequeno, outras existem que anualmente superam seus próprios recordes. A de Ribeirão Preto vale como exemplo: 2.122 processos em 1964. O fenômeno, evidentemente, encontra sua explicação no grau de desenvolvimento econômico que prevalece em determinadas áreas.

Entre pendentes e recebidos, foi de 101.801 o número de reclamações existentes em 1964, para um total de 180.060 reclamantes; foram apreciados pelas 49 Juntas de Conciliação e Julgamento 80.215 processos para 125.480 reclamantes. Consequentemente, ficaram pendentes de solução 21.109 reclamações para 53.726 reclamantes.

Dos feitos em andamento, 132.542 foram levados à pauta, dos quais 29.512 foram conciliados, num valor global de ₩ 3.913.640.403. E julgados procedentes, procedentes em parte e improcedentes, 8.600, 4.665 e 4.692 processos relativos a 17.928, 11.775 e 9.394 reclamantes.

O movimento geral de Custas Impostas, Arrecadadas e Dispensadas atingiu, respectivamente, a importância de ₩ ... 285.580.786, ₩ 112.898.159 e ₩ 136.217.543.

JUÍZES

A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 668, atribui aos Juízes de Direito a competência para apreciar as causas de natureza trabalhista, surgidas nas localidades onde não existam Juntas de Conciliação e Julgamento. Portanto, nada mais justo que consignar-se aqui os relevantes e inestimáveis serviços prestados pela magistratura comum, acen-

JUSTIÇA DO TRABALHO

acentuadamente no último decênio.

Todavia, face às largas atribuições que pesam sobre a Justiça Comum e pelas quais têm de responder seus Juízes, não raro e até mesmo com alguma frequência, constata-se um retardamento na solução dos litígios entre empregado e empregador.

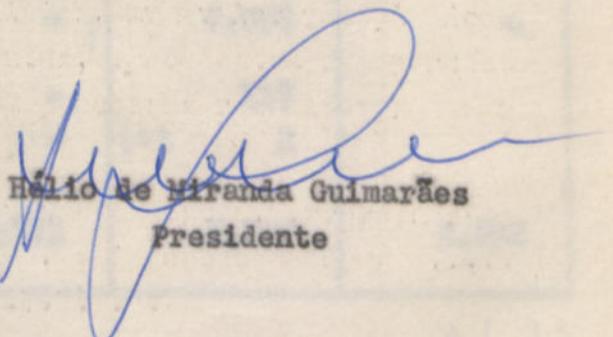
A criação de Juntas nas áreas urbanas de maior incremento econômico trouxe, entre tantos, os benefícios do desafogamento processual.

*

O presente relatório não poderia encerrar-se, Senhor Ministro Presidente, sem que fosse nele cristalizada a eterna gratidão da Justiça do Trabalho da 2ª Região pelo constante e integral apóio sempre afirmado por V. Excia..

A Presidência, de sua parte, procurou a todo custo corresponder às exigências inerentes ao cargo. Com isenção de ânimo manteve-se equidistante dos interesses contrários, optando invariavelmente pelas fórmulas que contivessem a salvaguarda dos direitos e o cumprimento dos deveres - desiderato supremo da Justiça.

Na oportunidade, reitero a V. Excia. meus protestos de alta consideração e elevado aprêço.



Hélio de Miranda Guimarães
Presidente

Ao Exmo. Sr.
Dr. Astolfo Serra
D.D. Ministro Presidente do
E. Tribunal Superior do Trabalho
RIO DE JANEIRO - Guanabara

= MOVIMENTO GERAL DOS PROCESSOS EM 1.964 =

- Anexo I -

E S P E C I E S	POR APRECIAR EM 31/12/63	ENTRADOS EM 1.964	TOTAL	ARQUIVADOS POR DESPACHO	TOTAL	APRECIADOS EM 1.964	POR APRECIAR EM 31/12/64
Recursos ordinários	2.785	5.618	8.403	15	8.388	4.942	3.446
Dissídios coletivos	42	138	180	17	163	119	44
Homologações de acordos	9	153	162	2	160	144	16
Agravos de instrumento	74	185	257	10	247	156	91
Mandados de segurança	15	40	55	13	42	26	16
Conflitos negativos de jurisdição	47	18	65	-	65	55	10
Exceções de incompetência	2	2	4	3	1	-	1
Recursos de agravos de petição	3	3	6	-	6	6	-
Ações rescisórias	8	9	17	1	16	10	6
Impugnações de vogal	3	5	8	-	8	4	4
Recursos ex-officio	-	2	2	-	2	2	-
Agravos de petição (Justiça gratuita)	-	2	2	-	2	-	2
Assuntos administrativos	7	15	22	9	13	2	11
Ações declaratórias	1	-	1	-	1	1	-
Pedidos de correção	25	89	114	8	106	91	15
Agravos de petição	26	505	531	6	525	(*) 914	10
Agravos de instrumento em agravos de petição	-	26	26	-	26	26	-
S U B - T O T A L	-	-	-	-	-	6.098	-
Embargos declaratórios e processos julgados novamente	-	-	-	-	-	117	
Agravos de petição julgados pelo TRF	-	-	-	-	-	(*) 2	
T O T A L	3.017	6.806	9.823	84	9.771	6.217	3.672

(*) 1 julgado novamente

(**) 21 dos quais em diligência

3673

= DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS JULGADOS EM 1.964 =

- Anexo II -

	E S P E C I E S E D E C I S Õ E S	T O T A L
a) RECURSOS	1. Audiências do Presidente 2. Sessões realizadas 3. Processos recebidos 4. Entrados em pauta 5. Nº de recorrentes protocolados 6. Desistências 7. Incompetências da Justiça do Trabalho 8. Convertidos em diligência 9. Adiamentos 10. Número de papéis protocolados 11. Processos解决ados 1. Não previstos 2. Providos 3. Providos em parte 4. Não conhecidos 5. Arquivados 6. Desistências 7. Diligências 8. Incompetências da Justiça do Trabalho 9. Suscitado conflito 10. Processos com dois recursos 1. Homologados 2. Procedentes 3. Procedentes em parte 4. Não conhecidos 5. Imprecedentes 6. Diligências 7. Rejeitada a preliminar 1. Homologadas 2. Não homologadas 3. Não conhecida 1. Providos 2. Não previstos 3. Não conhecidos 4. Desistências 1. Procedentes 2. Não conhecidos 1. Procedentes 2. Imprecedentes 3. Não conhecidos 1. Procedentes 2. Imprecedentes 3. Não conhecidos 1. Procedentes 2. Não conhecidos 1. Recurso de agravo de petição 2. Espuguações de voga 3. Recurso ex-officio 4. Assuntos administrativos 5. Agravos de petição com acórdão 6. Ação declaratória 7. Agravos de petição 8. Agravos de Instrumento ex agravo de petição 9. Pedidos de correção 10. Embargos em recursos 11. Embargos em dissídios 12. Embargos em mandado de segurança 	75 129 6.806 5.789 14.943 60 19 81 311 14.288 6.217 2.727 799 697 149 22 51 8 12 1 595 63 19 2 7 8 2 1 117 2 1 68 65 25 2 53 2 12 6 8 4 4 7 7 42 2 2 2 1 511 26 91 9 2 1 6.217
b) RECURSOS ORDINÁRIOS		5.023
c) DISSÍDIOS COLETIVOS		132
d) HOMOLOGAÇÕES DE ACÓRDÃO		150
e) AGRAVOS DE INSTRUMENTO		157
f) CONFLITOS NEGATIVOS DE JURISDIÇÃO		55
g) MANDADOS DE SEGURANÇA		26
h) AÇÕES RESCISÓRIAS		15
i) OUTROS JULGAMENTOS		661
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1.964:		6.217

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
I - RECURSOS					
a) Providos Providos julgados novamente	112 11	326 10	-	-	759
b) Providos em parte Providos em parte julgados novamente	567 4	122 4	-	-	697
c) Não providos Não providos julgados novamente	2.013 36	668 12	-	-	2.727
d) Não conhecidos Não conhecidos julgados novamente	106 -	39 2	-	-	119
e) Anulados Anulados julgados novamente	-	-	20 2	-	22
f) Desistências	-	-	31	-	31
g) Diligências	-	-	8	-	8
h) Incompetência da Justiça do Trabalho	-	-	12	-	12
i) Suscitado conflito	-	-	1	-	1
TOTAIS	3.119	1.183	94	-	4.316
j) Processos com dois recursos:					
1. Providos	52	126	-	-	-
2. Providos em parte.....	104	127	-	-	-
3. Não providos	415	312	-	-	-
4. Não conhecidos	19	15	-	-	-
5. Diligências	1	1	-	-	-
6. Desistências	2	2	-	-	-
7. Incompetência da J. do Trabalho....	1	1	-	-	-
TOTAL	995	995	-	-	995
TOTAL GERAL				-	5.021
II - RESSÍDIOS COLITIVOS					
a) Homologados Homologados julgados novamente	-	77 4	-	-	65
b) Procedentes Procedentes julgados novamente	-	44 5	-	-	49
c) Procedentes em parte(julg. novamente). .	-	2	-	-	2
d) Improcedentes Improcedentes julgados novamente	-	7 1	-	-	8
e) Não conhecidos..... Não conhecidos julgados novamente	-	6 1	-	-	7
f) Rejeitada a preliminar	-	-	1	-	1
g) Diligências	-	-	2	-	2
TOTAL	-	129	3	-	132
III - HOMOLOGAÇÕES DE ACORDOS					
a) Homologadas Homologadas julgadas novamente	-	111 6	-	-	117
b) Não homologadas	-	2	-	-	2
c) Não conhecidas	-	1	-	-	1
TOTAL	-	120	-	-	120

- MOVIMENTO DAS DECISÕES - EMPREGADOR E EMPREGADO - IR 2 -

- Anexo IV -

D E C I S Õ E S	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
IV - AGRAVO DE INSTRUMENTO					
a) Não providos	57	7	-	-	-
Não providos julgados novamente	2	-	-	-	65
b) Providos	52	12	-	-	64
c) Não conhecidos	23	4	-	-	25
d) Desistências	-	-	3	3	3
TOTAL	132	23	3	-	157
V - CONFLITOS NEGATIVOS DE JURISDIÇÃO					
a) Procedentes	-	-	-	53	-
b) Não conhecidos	-	-	-	2	-
TOTAL	-	-	-	55	-
VI - EMBARGOS DECLARATÓRIOS					
a) Providos em recurso	-	5	-	-	6
Providos em mundo de segurança.....	-	-	2	-	2
b) Não providos em recurso	32	-	-	-	32
Não providos em dissídios	-	-	-	-	5
c) Desistências em recurso	-	-	1	1	1
TOTAL	5	5	2	-	12

= PROCESSOS POR JULGAR E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA =

- Anexo V -

E S P E C I E S	P R O C U R A D O R I A					C O M O S J U I Z E S	E M PAUTA	A G U A R D A D A D O PAUTA	A D I A D O S	D I L I G Õ E N C I A C I A	A G U A R D A D A D O D I S T R I B U I Ç Õ E	E M I N T R U Ç Õ E	A G U A R D A D A D O D E S P A C H O	T O T A L
	E M S E U PODER EM 30/ 11/64	E N T R A G U R S E M DEZEMBRO	T O T A L	D E V O L U A D O S	E M S E U PODER EM 31/ 12/64									
Recursos	1.455	624	2.079	432	1.644	928	340	480	-	20	-	34	-	3.446
Disseídios	10	13	23	18	5	9	4	-	-	2	23	-	-	43
Homologações	6	37	43	42	1	10	-	-	-	1	5	-	-	17
Agravos de instrumento ...	60	11	51	18	36	15	12	23	-	1	-	4	-	91
Mandados de segurança.....	-	-	-	-	-	8	4	1	1	2	-	-	-	16
Conflitos	6	1	7	2	5	3	1	1	-	-	-	-	-	10
Impugnações de vogal	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	4
Ações rescisórias	1	-	1	-	1	1	1	2	-	1	-	-	-	6
Exceções de incompetência.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Agravos de petição	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Assunto administrativo....	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	3	-	11
Agravos de petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Pedidos de correção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
T O T A L	1.618	687	2.205	512	1.693	985	363	508	1	28	28	41 (*)	25	3.672

(*) 21 em diligéncia

= MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS INCISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO =

DA DA REGIÃO - 1964

- Anexo VI -

E S P E C I E S	RECURSOS DE REVISTA				RECURSOS ORDINÁRIOS				AGRAVOS DE INSTRUMENTO				EMBARGOS DECLARATÓRIOS				
	ENTRA- DOS	N/RECE- BIDOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1964	ENTRA- DOS	N/RECE- BIDOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1964	ENTRA- DOS	N/RE- CEBIL DOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1964	P/APRE- CIAR EM 1963	ENTRA- DOS	RECE- BIDOS	APRE- CIA - DOS	P/APR- CIAR DOS
Recursos ordinários	2.245	568	1.677	1.583	-	-	-	-	378	10	368	643	1	12	13	12	1
Agravos de instrumento	5	1	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agravos de petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7
Büssidos coletivos	1	-	-	-	25	-	25	40	-	-	-	-	-	-	2	2	2
Ações rescisórias	-	-	-	-	4	-	4	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandados de segurança	-	-	-	-	8	-	8	8	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Assuntos administrativos ..	-	-	-	-	3	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de agravos de pet.	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	2.252	569	1.682	1.590	40	-	40	55	379	10	368	643	1	22	23	22	1

= PROCESSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL =

= ANEXO VII =

FEDERAL - 1961

E S P E C I E S	RECUSOS EXTRAORDINÁRIOS				AGRAVOS DE INSTRUMENTO			
	ENTRADOS	N/RECEBIDOS	RECEBIDOS	REMETIDOS	ENTRADOS	N/RECEBIDOS	RECEBIDOS	REMETIDOS
Agravos de petição	109	62	47	40	56	-	56	56
T O T A I S	109	62	47	40	56	-	56	56

= PROCESSOS ENVIADOS À RESENHA - 1961 =

E S P E C I E S	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA CAPITAL	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO INTERIOR	J U Í Z O S	T O T A I S
Recursos ordinários	2.638	1.694	714	5.046
Agravos de instrumento	97	99	31	187
Agravos de petição	391	121	81	593
Agr.instrumento em recurso (TST)	195	56	6	217
Agr.instr.em agr.petição (STF)	35	56	18	109
Cartas de sentença	292	49	23	364
Conflitos de jurisdição	15	5	50	70
Recursos ex-ofício	-	-	3	3
Pedidos de correição	72	6	4	82
Mandados de segurança	-	2	2	5
Recursos de agravo de petição	-	1	7	7
Exceções de incompetência	-	1	2	3
Agr.instrumento em agr.petição	9	3	4	12
Ações declaratórias	-	1	-	1
Agravos de Instrumento do STF	24	-	-	24
 T O T A I S	 5.728	 2.052	 911	 6.721

- SERVIÇO JUDICIÁRIO -

Ofícios expedidos	10.896
Acórdãos publicados	4.991
Acórdãos lavrados	5.471
Certidões extraídas	8.024
Traslados extraídos	430
Cartas de Sentença extraídas	406
Emolumentos de certidões	Cr\$ 705.097
Emolumentos de traslados e cartas....	Cr\$ 332.206
Custas processuais	Cr\$ 725.904

- SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES -

Papéis protocolados	14.288
Listas de correspondência	216
Listas de remessa de processos	53
Ofícios expedidos	137
Telegramas expedidos	25
Processos recebidos do T.S.T. e S.T.F.	2.410
Processos remetidos ao Arquivo Geral..	419
Número de recorrentes protocolados....	14.943

BIBLIOTECA

Consultas	350
Empréstimos	62
Ofícios enviados	946
Ofícios recebidos	400
Telegramas enviados	51
Telegramas recebidos	1
Cartões enviados	23
Cartões recebidos	1

- SALA DO SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA -

Ofícios enviados	120
Ofícios recebidos	135
Telegramas enviados	351
Telegramas recebidos	65
Informações em Mandado de Segurança..	20

- SALA DO SECRETÁRIO DO TRIBUNAL -

Ofícios enviados.....	1.624
Telegramas expedidos	82
Pautas de julgamento	56
Atas	138
Certidões de julgamento	5.586
Papeletas de julgamento	5.586
Editais de acórdãos	323

- SEÇÃO DO PRINCIPAL -

E S P E C I E S	QUANTIDADE
Ofícios recebidos	1.916
Telegramas recebidos	55
Requerimentos recebidos	157
Ofícios expedidos	797
Telegramas expedidos	59
Certidões expedidas	56
Carteiras funcionais expedidas	184
Expedições manuais	36
Ordens de serviços	48
Circulares	4
Informações sobre processos	115
Constâncias de tempo	197
Atos	305
Portarias	761
Designações de Juízes	328
Expedientes de promoções	2
Cadastros (fálgas)	780
Salários-família concedidos por despacho	114
Apostilas em títulos	256
Cartões de ponto	5.964
Publicações de expedientes	122
Registros de atos	264
Anotações em fichas funcionais	5.438
Térmos de posse	66
Térmos de posse e exercício	172
Térmos de exercício	26
Processos devolvidos com informações	183

- SEÇÃO DE ENCAMINHAMENTO E CONTRROLE DE PAGAMENTO -

E S P E C I E S	QUANTIDADE
Ofícios expedidos	802
Requisições de passagens	11
Telegramas expedidos	27
Informações	65
Mensagens	4
Circulares	10
Empenhos	61
Portarias	4
Guias de recolhimento	25
Fichas financeiras	25
Bonsessas	35
Processos	197
Fólihas de substituições	23
Fólihas de diárias	16
Fólihas de auxílio-doença	1
Fólihas de gratificações de representantes	6
Fólihas de serviços extraordinários	2
Chques de pagamento de vogais	1.743
Avisos de depósitos - funcionários	10.148
Relações de pagamento de funcionários	260
Relações de pagamento de vogais	210
Relações das consignações	2.340
Classificações de pagamento	54
Fichas do Banco do Brasil	30
Fichas de imposto de renda	703
Boletins de alteração	5.500
Contas pagas	1.362
Empenhos referentes às contas	140
Autorizações de despesas	102
Chques emitidos contra o Banco do Brasil	710
Autorizações de despesas nítidas	517
Escrivituras de subconsignações	46

- COMISSÃO DE COMPRAS -

E S P E C I E S	QUANTIDADE
Protocolos	1.306
Inscrição de fornecedores	50
Autorizações de compras (AC)	245
Autorizações de material (AM)	217
Coletas de preços	116
Concorrências administrativas	26
Concorrências públicas	2
Compras diretas	96
Tomadas de preços	6
Bonsessas de faturas	181
Ofícios expedidos	160
Pedidos (Ordens de serviços)	318
Requisições de material recebidas	333
Pedidos de consertos recebidos	26
Ofícios recebidos	24

- SEÇÃO DO MATERIAL -

E S P E C I E S	QUANTIDADE
Ofícios expedidos	245
Portarias expedidas	2
Telegramas expedidos	2
Circulares expedidas	1
Autorizações expedidas p/forneç.material	3.733
Ordens de fornecimento de material expedidos	1.618
Ordens de serviços expedidas nos artifícios	155
Ofícios recebidos	385
Circulares recebidas	7
Pedidos de compras expedidos	311

H O M O L O G A Ç Õ E SH O M O L O G A C Õ E S1 2 6 31 2 6 4

DIAS
TRABA-
LHADOS
MÉDIA

DIAS
TRABA-
LHADOS
MÉDIA

M E S E S	DISPEN- SA,-	DEMIS- SÃO,-	ESTÁ- VEIS,-	TOTAL		M E S E S	DISPEN- SA,-	DEMIS- SÃO,-	ACÓRD	ESTÁ- VEIS,-	TOTAL		DIFER- ENÇAS	TOTAL GERAL DOS PA- GAMENTOS,-		
JANEIRO	1.478	965	773	56	3.272	21	156	JANEIRO	1.661	1.197	943	163	3.964	22	180	+ 692 Cr\$ 649.804.697
FEVEREIRO	1.513	986	789	90	3.378	18	188	FEVEREIRO	1.811	1.020	901	144	3.876	18	215	+ 198 Cr\$ 710.461.643
MARÇO	2.014	1.314	1.052	124	4.504	23	214	MARÇO	1.814	1.316	921	171	4.222	20	211	- 282 Cr\$ 814.592.297
ABRIL	1.802	1.175	941	133	4.051	20	196	ABRIL	2.285	1.449	1.328	368	5.430	21	259	+ 1.379 Cr\$ 1.322.040.137
MAIO	1.892	1.234	988	147	4.261	21	203	MAIO	1.939	1.237	1.183	197	4.556	18	253	+ 295 Cr\$ 1.280.328.327
JUNHO	1.643	1.071	858	105	3.677	19	194	JUNHO	2.068	1.247	1.245	165	4.725	21	225	+ 1.048 Cr\$ 1.344.591.762
JULHO	1.859	1.212	971	144	4.186	22	190	JULHO	2.089	1.254	1.296	146	4.785	22	218	+ 99 Cr\$ 1.342.586.420
AGOSTO	1.790	1.167	935	108	4.000	21	190	AGOSTO	2.221	1.116	1.110	162	4.609	21	219	+ 609 Cr\$ 1.467.685.600
SETEMBRO	1.948	1.270	1.017	132	4.367	21	208	SETEMBRO	2.072	1.180	1.261	137	4.650	21	221	+ 283 Cr\$ 1.571.726.852
OUTUBRO	2.100	1.370	1.097	242	4.909	23	209	OUTUBRO	2.392	970	1.460	121	4.943	22	225	+ 134 Cr\$ 1.891.119.616
NOVEMBRO	1.579	1.050	825	109	3.543	19	186	NOVEMBRO	1.956	690	1.157	128	3.931	20	197	+ 388 Cr\$ 1.707.611.398
DEZEMBRO	1.439	938	752	112	3.241	21	154	DEZEMBRO	2.032	765	1.115	138	4.050	20	203	+ 809 Cr\$ 1.768.979.193
T O T A L G E R A L	21.057	15.732	10.998	1.502	47.289	247	191	T O T A L G E R A L	24.340	13.441	13.920	2.040	55.741	246	218	+ 6.452 Cr\$ 15.931.527.943

OBSERVAÇÕES:- No exercício de 1.963 a SALA DAS HOMOLOGAÇÕES funcionava em dois períodos, sendo um das 7,45 às 13,21 horas, e outro das 11,45 às 18,21 horas. Foram feitas nesse ano, conforme demonstra o presente quadro estatístico, 47.289 homologações, em 247 dias,-

No exercício de 1.964 o período de trabalho foi reduzido para um expediente, das 11,45 às 18,21 horas e foram realizadas 55.741 homologações, em 246 dias,-

Fácilmente observa-se que com menor número de funcionários, trabalhando menos dias e menos horas, foi de 6.452 o número de homologações realizadas a mais que em 1.963, provando, evidentemente, a racionalização havida no Serviço de Homologações deste Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região.-

OUTROS SERVIÇOS EXECUTADOS

1	2	6	3	CIRCULARES RECEBIDAS	PORTARIAS RECEBIDAS	OFÍCIOS RECEBIDOS	OFÍCIOS ENVIADOS	ORDENS DE SERVIÇO - RECEBIDAS	ORDENS DE SERVIÇO - EXPEDIDAS	CIRCULARES RECEBIDAS	PORTARIAS RECEBIDAS	PROVIMENTOS RECEBIDOS,-
OPÍCIOS RECEBIDOS	OPÍCIOS ENVIADOS	ORDENS DE SERVIÇO - RECEBIDAS	ORDENS DE SERVIÇO - EXPEDIDAS									
"1"	"9"	"4"	"1"	"6"	"2"	"18"	"14"	"3"	"2"	"9"	"5"	"1"

= SALA DOS OFICIAIS DE JUSTICA =

= MOVIMENTO GERAL DO ANO DE 1961 =

M A N D A D O S	RECEBIDOS	CUMPRIDOS
Citações	11.782	11.782
Penhoras	6.144	6.144
Remoções	279	279
Reforços de penhora	226	226
Reintegrações	72	72
Buscas e apreensões	124	124
Levantamentos de penhora	57	57
Verificações	18	18
Arestos	5	5
Sequestros	1	1
Arrombamentos	11	11
Averbações de penhora	1	1
Penhoras resto dos autos	1	1
Cobranças de autos	2	2
Prisões	2	2
Ensações de posse	1	1
Notificações de audiência	(*) 8.890	8.890
Notificações de despacho	1.870	1.870
Notificações de decisão	1.345	1.345
Cartas precatórias audiência	1.806	1.806
Cartas precatórias decisão	371	371
Cartas precatórias executória	460	460
T O T A I S	33.469	33.469

(*) 704 notificações do TRT
Qbras

257 diligências realizadas com auxílio de força policial.
179 diligências realizadas com acompanhamento da parte interessada.
203 ofícios expedidos.

- MOVIMENTO DA CONTADORIA EM 1.961 -

- Anexo XII -

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE PROCESSOS	VALOR EM CR\$ SUB- TOTAL	VALOR EM CR\$ TOTAL
Processos recebidos	3.752	---	---
	<u>3.371</u>		
Processos devolvidos às Juntas de origem...	3.352	---	---
	<u>3.355</u>		
-----	-----	-----	-----
<u>Condenação</u>			
Principal	---	945.661.053	1.015.025.921
		<u>738.519.764</u>	
Juros de mora	---	71.419.268	<u>796.685.033</u>
		<u>58.135.269</u>	
<u>Em seios federais</u>			
Custas processuais	---	19.176.527	19.804.102
		<u>15.703.267</u>	
Custas do cálculo	---	3.273.550	<u>16.005.381</u>
		<u>3.021.114</u>	
TOTAL GERAL		Cr\$ 812.690.414	

= QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUÍDOS =

= ÀS JUNTAS NO ANO DE 1964 =

- Anexo XIII

J U N T A S	CARTAS PRECATÓRIAS		DO PÚBLICO				TOTAL DAS JUNTAS	
			ESCRITAS		VERBAIS			
	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROCESSOS	RECLAMANTES
1 ^a	111	237	1.166	1.386	934	992	2.211	2.615
2 ^a	110	201	1.147	1.450	955	1.047	2.212	2.698
3 ^a	111	216	1.099	1.436	1.004	1.084	2.214	2.736
4 ^a	111	276	1.055	1.413	1.044	1.132	2.210	2.751
5 ^a	111	1.010	1.016	1.424	1.056	1.151	2.213	3.615
6 ^a	111	180	1.053	1.655	1.017	1.110	2.211	2.975
7 ^a	111	232	1.019	1.230	1.017	1.104	2.207	2.566
8 ^a	112	224	1.033	1.372	1.066	1.174	2.210	2.770
9 ^a	111	261	1.019	1.358	1.083	1.157	2.214	2.756
10 ^a	111	199	1.018	1.218	1.081	1.173	2.210	2.620
11 ^a	111	150	1.018	1.224	1.081	1.156	2.210	2.534
12 ^a	111	220	1.014	1.392	1.086	1.139	2.209	2.750
13 ^a	111	192	1.016	1.666	1.087	1.187	2.211	3.015
14 ^a	111	183	1.007	1.737	1.092	1.170	2.210	3.095
15 ^a	111	299	1.010	1.657	1.089	1.212	2.210	3.168
16 ^a	111	246	1.010	1.711	1.089	1.167	2.210	3.018
17 ^a	111	309	1.022	1.987	1.077	1.182	2.210	3.478
18 ^a	111	276	1.025	1.836	1.072	1.134	2.208	3.148
19 ^a	110	142	1.035	1.819	1.064	1.139	2.209	3.130
20 ^a	87	274	814	1.697	805	902	1.706	2.773
21 ^a	90	171	833	1.267	824	968	1.747	2.106
22 ^a	90	158	836	1.531	818	942	1.744	2.631
23 ^a	88	144	798	1.927	817	962	1.703	3.033
TOTAIS	2.163	5.435	23.123	35.463	23.316	25.413	48.902	66.511

= QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS =

= E DISTRIBUÍDAS NO PERÍODO DE 1941 A 1964 =

- Anexo XIV -

= MESES =	= A N O S =																							
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Janeiro...	323	185	469	925	740	1246	804	800	1092	805	1160	1605	1680	2169	2112	2880	2690	2387	2403	2950	3542	4965	4333	
Fevereiro...	154	365	350	506	806	869	738	785	891	794	1108	1362	1711	2081	2131	2718	2237	2631	2568	2618	3405	4100	3553	
Março.....	275	483	581	755	753	768	773	1059	1120	984	1372	1695	1854	2188	2171	2618	2702	2734	3090	3066	3452	4962	3925	
Abril	353	439	459	536	738	817	764	780	859	1049	1151	1449	1543	1993	2181	2766	2123	2710	2289	2777	3180	4642	4144	
Maio	261	344	420	785	682	945	693	862	1108	1040	1316	1593	1552	2098	1974	2489	2178	2475	2160	3225	3618	4820	3860	
Junho.....	172	346	503	978	565	761	720	801	817	983	1219	1666	1544	2044	1835	2284	2000	2488	2367	2948	3098	4104	4086	
Julho(*)...	405	428	213	666	762	602	872	732	846	860	1904	1420	1629	1727	1984	1916	2715	2144	2733	2297	3102	4303	4869	4319
Agosto....	728	602	356	590	627	676	784	592	923	758	1227	1229	1579	1877	2075	2168	2564	2007	2338	2138	2942	3888	4745	4291
Setembro...	953	109	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1392	1535	1891	1973	2395	2217	2034	2100	2280	3048	3719	4347	4239
Outubro...	1709	503	327	871	632	727	750	751	910	809	1096	1378	1649	1803	1742	2644	2270	1982	2175	2341	3514	4627	4518	4245
Novembro...	729	427	314	512	535	690	561	705	827	773	1051	1250	1580	1902	1899	2396	2351	1945	2237	2095	2853	4113	3815	4062
Dezembro...	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1239	1603	1997	1821	1556	2257	1914	2239	2525	2821	3891	3962	3863
TOTAIS....	5245	4059	4136	6427	8028	8377	9636	8714	10449	10564	11837	15234	19143	21079	24367	25039	29962	25962	29077	29153	35864	44836	53879	48902

(*) A partir do dia 3, quando começou a funcionar a Justiça do Trabalho.

190.666 - Total das reclamações entradas desde a instalação da "Justiça do Trabalho", até 31 de dezembro de 1964.

= DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS =

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1.964 =

- Anexo XV -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1ª. JUNTA		2ª. JUNTA		TOTAL	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Divisão Regional do Trabalho	19	18	21	20	40	38
Cartas precatórias	174	84	144	83	318	167
Escritas	1.013	852	1.265	888	2.278	1.740
Verbais	1.120	1.022	1.058	978	2.178	2.000
T O T A I S	2.326	1.976	2.488	1.969	4.814	3.945

= MOVIMENTO ANUAL - 1954 a 1964 =

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1954 (*)		1955		1956		1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964		TOTAL	
	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.	PROC.	RTEs.
1ª. Junta	303	603	709	1421	1186	1684	1302	1915	1251	3037	1413	1969	1183	1747	1232	1803	1435	3162	2016	3165	1976	2326	14033	22832
2ª. Junta	453	1161	710	1820	1184	1957	1292	1447	1246	2328	1411	1858	1180	1347	1229	1640	1431	1810	2016	4420	1969	2488	14121	22276
T O T A I S	783	1764	1419	3241	2370	3641	2594	3362	2497	5365	2824	3827	2363	3094	2461	3443	2866	4972	4032	7585	3945	4814	28154	45106

(*) A partir do dia 19 de abril, data em que este Distribuição começou a funcionar.

= DISTRIBUIÇÃO DE CURITIBA *

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1961 =

- Anexo XVI -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1a. JUNTA		2a. JUNTA		TOTAL	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Dissídios Coletivos	03	03	03	03	06	06
Homologações: art. 500 da CLP e Lei nº 4.066 de 28 de maio de 1962	1.829	1.829	1.707	1.707	3.536	3.536
Cartas Precatórias	41	157	42	172	83	329
Escrutas	1.179	1.043	1.161	1.073	2.340	3.016
Verbais	421	447	439	472	860	919
TOTAIS	3.673	3.879	3.352	3.927	6.025	7.806

= MOVIMENTO ANUAL - 1962 A 1961 =

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1962 (*)		1963		1964		TOTAL	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. Junta	26	26	2.742	3.104	3.477	3.879	6.241	7.009
2a. Junta	25	30	2.799	3.452	3.352	3.927	6.176	7.109
TOTAIS	51	56	5.541	6.556	6.825	7.806	12.417	14.118

(*) A partir do dia 20 de dezembro de 1962, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

= J U N T A S =	RECLAMAÇÕES VINDAS DO ANO ANTERIOR		RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANO DE 1964		TOTAL A JULGAR		JULGADOS EM 1964		RECLAMAÇÕES PENDENTES PARA 1965	
	PROSSOS	RECLAMANTES	PROSSOS	RECLAMANTES	PROSSOS	RECLAMANTES	PROSSOS	RECLAMANTES	PROSSOS	RECLAMANTES
1a. Junta	1.272	2.629	2.211	2.615	3.483	5.244	2.472	2.822	1.011	2.422
2a. Junta	853	1.343	2.212	2.701	3.065	4.244	2.716	3.572	349	672
3a. Junta	207	537	2.214	2.736	2.421	3.273	2.119	2.543	272	730
4a. Junta	902	1.176	2.210	2.752	3.112	3.928	2.611	3.190	471	738
5a. Junta	904	1.309	2.213	3.615	3.197	4.924	2.625	3.559	972	1.365
6a. Junta	1.155	3.521	2.211	2.888	3.366	6.409	2.117	2.831	1.249	3.978
7a. Junta	1.171	2.025	2.207	2.566	3.378	4.991	2.156	2.401	1.212	2.190
8a. Junta	1.063	2.133	2.211	2.752	3.271	4.885	2.436	2.904	727	1.769
9a. Junta	915	3.151	2.214	2.758	3.129	5.909	2.441	3.221	688	2.688
10a. Junta	1.100	2.494	2.210	2.763	3.310	5.257	2.404	2.732	796	2.327
11a. Junta	1.088	1.701	2.210	2.534	3.298	4.235	2.675	3.167	623	1.068
12a. Junta	1.136	1.527	2.209	2.642	3.315	4.169	2.553	3.189	792	980
13a. Junta	665	1.322	2.214	3.104	2.879	4.426	2.465	3.625	395	611
14a. Junta	1.250	2.490	2.210	3.095	3.460	5.585	2.402	3.461	947	1.950
15a. Junta	532	829	2.210	3.168	2.542	3.997	2.257	3.928	295	469
16a. Junta	1.597	1.660	2.209	3.014	3.806	4.674	2.280	2.928	1.526	1.746
17a. Junta	1.125	1.199	2.211	3.998	3.336	7.797	2.504	4.672	832	3.125
18a. Junta	1.002	3.575	2.208	3.099	3.210	6.674	2.371	4.206	839	2.168
19a. Junta	1.153	1.556	2.222	3.113	3.375	4.699	2.606	3.615	769	1.054
20a. Junta **	-	-	1.706	2.778	1.706	2.778	1.367	2.294	339	404
21a. Junta *	-	-	1.717	2.413	1.717	2.413	1.494	1.944	257	469
22a. Junta *	-	-	1.716	2.586	1.716	2.586	1.365	2.105	302	435
23a. Junta **	-	-	1.702	3.060	1.702	3.060	1.311	1.821	391	1.239
SUB-TOTAL (total da sede)	18.970	39.377	48.917	66.380	67.887	105.757	51.813	70.358	15.633	34.635
Americana	15	140	376	2.628	391	2.768	548	2.609	43	159
Araçatuba	109	454	761	1.513	270	1.997	813	1.517	57	450
Borretes	14	723	497	1.192	511	2.205	488	1.586	23	619
Bauru	64	68	1.048	2.129	1.112	2.197	1.067	2.076	45	121
Campinas	535	877	1.485	2.782	1.820	3.659	1.398	2.648	432	1.011
Guarulhos	221	336	1.015	1.473	1.266	1.809	1.106	1.603	160	206
Jundiaí	210	574	1.961	6.853	2.171	7.427	1.805	6.380	366	1.047
Moji das Cruzes	401	697	1.019	1.622	1.450	2.319	1.161	1.968	236	351
Piracicaba	174	315	1.119	2.544	1.293	2.889	1.032	2.331	225	478
Ribeirão Preto	217	409	2.122	3.622	2.269	4.031	2.167	3.852	102	179
Rio Claro	130	353	566	2.058	696	2.411	590	971	106	1.440
santo André	1.086	5.754	1.735	2.360	2.821	8.111	2.117	3.130	704	4.984
1a. de Santos	510	1.484	1.977	2.660	2.487	4.114	1.796	2.807	691	1.357
2a. de Santos	642	3.030	1.969	2.488	2.611	5.518	1.772	2.499	839	3.019
são Bernardo do Campo	250	365	1.085	1.539	1.335	1.904	1.058	1.555	277	319
são Caetano do sul	315	1.080	999	1.395	1.314	2.475	1.003	1.510	311	935
são Carlos	66	122	793	1.999	859	2.081	783	1.380	76	701
são José dos Campos	311	918	606	918	917	1.836	862	1.357	85	479
Sorocaba	89	194	829	1.278	918	1.472	876	1.366	42	106
Taubaté	30	62	383	2.567	113	2.629	395	2.527	18	102
1a. de Curitiba	445	751	1.648	1.938	2.093	2.609	1.752	2.047	341	642
2a. de Curitiba	73	92	1.639	2.093	1.712	2.185	1.956	1.901	156	294
Londrina	164	299	1.193	3.693	1.357	3.992	1.287	3.916	70	76
Ponta Grossa	19	33	539	783	558	816	540	793	18	23
Corumbá	10	10	434	682	444	492	441	409	3	3
Cuiabá	-	-	196	244	196	244	196	244	-	-
SUB-TOTAL (fora da sede)	5.860	19.160	28.054	55.143	55.914	74.303	26.402	55.122	54.766	19.101
TOTAL GERAL	24.830	58.537	76.971	121.523	101.801	180.060	80.215	125.400	-21.109	53.726

(e) Instaladas em 09 de março de 1964

(ee) Instaladas em 16 de março de 1964

= J U N T A S =	RECLAMAÇÕES ENTRADAS EM PAUTA		JULGAMENTOS ADIADOS		CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA		PEÇAS REMITIDAS A OUTROS ÓRGÃOS		COMPLETO DE JURISDIÇÃO	
	PROCESOS	RECLAMANTES	PROCESOS	RECLAMANTES	PROCESOS	RECLAMANTES	PROCESOS	RECLAMANTES	REMITIDOS AO T.R.E.T.	REMITIDOS S.T.J.F.
1a. Junta	2.973	4.155	501	1.333	-	-	17	17	1	-
2a. Junta	3.766	5.712	1.058	2.098	23	132	8	8	-	-
3a. Junta	4.294	6.235	1.934	3.520	9	41	9	12	-	-
4a. Junta	4.538	5.982	1.869	2.798	4	4	11	11	-	-
5a. Junta	3.929	5.904	1.184	2.345	-	-	13	13	-	-
6a. Junta	3.883	6.516	1.759	3.660	8	26	1	1	1	-
7a. Junta	3.395	4.080	1.051	1.473	3	3	8	8	-	-
8a. Junta	4.304	6.117	1.765	3.064	-	-	8	8	-	-
9a. Junta	4.353	6.154	1.695	2.616	2	2	14	14	-	-
10a. Junta	3.946	5.226	1.308	2.417	9	19	10	16	1	-
11a. Junta	4.598	5.487	37	75	1	1	8	8	-	-
12a. Junta	4.232	6.501	1.631	3.230	19	19	17	24	-	-
13a. Junta	4.420	7.620	1.736	2.764	-	-	16	21	-	-
14a. Junta	4.377	6.623	2.271	4.662	3	25	18	40	-	-
15a. Junta	3.929	7.348	1.779	4.235	2	2	131	405	-	-
16a. Junta	4.190	6.409	1.762	3.171	5	5	1	1	1	1
17a. Junta	4.924	10.999	2.159	5.422	7	7	11	41	-	-
18a. Junta	3.916	8.017	1.592	3.901	4	4	13	17	-	-
19a. Junta	3.936	9.702	1.187	2.300	-	-	5	5	-	-
20a. Junta (*)	2.073	4.558	399	484	4	9	5	5	-	-
21a. Junta (**)	2.033	3.266	614	1.305	6	17	77	78	-	-
22a. Junta (**)	2.244	3.296	879	1.153	-	-	6	6	-	-
23a. Junta(*)	2.351	4.497	391	1.239	-	-	63	70	-	-
SUB-TOTAL (total da sede).....	86.712	136.164	30.701	59.264	109	316	470	969	4	1
Américana	770	4.724	167	2.177	-	-	-	-	-	-
Araraquara	1.315	2.814	467	1.210	1	1	6	11	-	-
Barretos	511	2.205	450	2.652	-	-	-	-	-	-
Bauru	1.570	3.077	495	955	-	-	-	-	-	-
Campinas	2.181	4.718	793	2.070	3	3	61	153	-	-
Guarulhos	1.952	2.866	842	1.216	4	47	94	114	-	-
Jundiaí	3.419	10.052	1.644	3.682	-	-	-	-	-	-
Moji das Cruzes	2.111	4.331	993	2.447	-	-	-	-	-	-
Piracicaba	1.413	3.191	300	892	1	1	-	-	-	-
Ribeirão Preto	3.028	6.379	861	2.527	-	-	14	131	-	-
Rio Claro	1.210	2.199	620	1.228	6	6	4	4	-	-
Santo André	3.225	7.657	1.108	4.533	-	-	23	25	-	-
1a. de Santos	2.751	4.532	885	1.642	3	3	10	11	-	-
2a. de Santos	3.194	10.226	1.4422	7.727	-	-	78	261	-	-
São Bernardo do Campo	1.778	3.978	668	1.764	2	2	112	112	-	-
São Caetano do Sul	1.327	2.784	455	1.314	6	53	1	5	1	-
São Carlos	1.203	2.170	420	790	-	-	-	-	-	-
São José dos Campos	1.400	3.953	626	1.218	9	9	61	61	-	-
Sorocaba	1.843	4.212	897	2.675	70	171	5	5	-	-
Taubaté	649	5.308	254	2.791	-	-	-	-	-	-
1a. de Curitiba	3.046	3.625	1.294	2.462	-	-	9	11	-	-
2a. de Curitiba	2.179	2.872	766	1.264	-	-	8	8	-	-
Londrina	2.264	6.507	977	4.671	1	1	92	92	-	-
Ponta Grossa	870	1.415	330	622	-	-	-	-	-	-
Corumbá	441	489	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuiabá	270	318	32	46	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL (total fora da sede)	49.800	106.152	17.846	54.755	106	297	540	904	-	-
TOTAL GERAL	132.512	216.606	48.547	114.019	215	613	1.010	1.993	4	1

(*) Instaladas em 16 de março de 1946;

(**) Instaladas em 09 de março de 1946.

J U N T A S	C O N C I L I A D A S			P R O C E D E N T E S			P R O C E D E N T E S E M P A R T E S			I H P R O C E D E N T E S		
	P R O C.	H E C L.	V A L O R E M C R \$	P R O C.	H E C L.	V A L O R E M C R \$	P R O C.	H E C L.	V A L O R E M C R \$	P R O C.	H E C L.	V A L O R E M C R \$
1a. Junta	685	749	142.935.455	253	276	39.061.794	66	117	5.158.699	181	104	8.756.513
2a. Junta	990	1107	106.745.077	287	358	67.059.237	102	137	20.736.878	129	513	26.747.384
3a. Junta	1039	1200	115.411.911	176	230	58.102.053	115	140	26.377.740	96	114	15.749.259
4a. Junta	941	1069	99.651.688	375	539	69.177.031	112	146	21.769.470	140	162	18.399.780
5a. Junta	876	1025	152.779.622	206	265	35.450.058	106	168	13.619.153	127	269	23.382.252
6a. Junta	811	952	83.357.395	199	305	49.254.593	67	145	9.581.548	125	212	20.139.845
7a. Junta	721	761	63.037.608	291	329	49.735.620	92	121	10.092.043	146	180	18.437.788
8a. Junta	860	972	104.891.621	236	310	41.099.513	72	88	9.162.274	137	165	17.862.770
9a. Junta	729	814	60.019.566	216	272	32.805.088	192	362	20.083.912	186	309	28.201.121
10a. Junta	771	833	83.650.174	239	325	54.670.294	80	97	11.025.073	188	235	26.548.036
11a. Junta	729	847	75.046.259	300	409	53.499.208	132	161	15.941.666	153	167	17.270.808
12a. Junta	791	904	96.380.062	284	348	38.494.063	91	229	6.537.985	182	202	25.499.615
13a. Junta	915	1083	168.686.167	351	787	158.719.982	195	393	48.237.155	184	281	39.135.709
14a. Junta	933	1110	142.499.210	356	961	82.170.196	137	127	50.472.264	93	158	21.504.793
15a. Junta	880	993	54.466.116	297	631	194.649.326	86	123	22.327.520	111	195	30.383.060
16a. Junta	688	750	72.376.302	298	417	62.877.175	131	192	15.861.158	230	373	38.559.076
17a. Junta	741	1045	125.374.502	418	664	45.270.739	162	172	6.397.580	176	828	4.342.172
18a. Junta	733	817	76.131.262	296	909	55.390.551	115	948	14.912.654	139	250	20.036.367
19a. Junta	909	990	66.796.896	261	380	38.858.396	116	609	30.840.711	81	108	12.470.875
20a. Junta (**).....	587	724	111.101.156	186	753	89.715.310	56	63	6.319.894	54	78	16.384.347
21a. Junta (*).....	612	755	112.513.788	168	373	57.279.158	121	168	36.834.862	133	155	34.107.580
22a. Junta (*).....	506	576	144.367.910	109	188	57.077.761	88	111	84.219.865	123	150	27.910.089
23a. Junta (**).....	478	555	93.379.718	213	532	145.959.703	74	118	18.849.027	113	134	21.807.523
S U B - T O T A L (total sede)	17995	20.611	2.364.832.465	6.015	10.161	1.466.178.843	2.508	5.865	508.442.091	3.127	5.342	513.636.790
Americana	163	1335	63.097.755	16	85	3.920.422	20	68	5.218.084	15	99	2.657.497
Araraquara	119	742	35.557.919	37	60	6.405.729	70	172	9.025.112	18	32	3.151.075
Barretos	218	673	32.608.093	26	107	13.115.651	83	113	23.121.794	21	188	7.614.152
Bauru	537	619	41.095.950	136	306	21.411.906	119	330	29.638.741	51	987	15.842.399
Campinas	540	680	56.356.931	130	239	21.289.514	113	112	21.241.022	75	400	23.048.027
Guarulhos	458	590	35.060.092	67	93	8.222.491	149	263	27.955.663	62	227	17.456.896
Jundiaí	1143	3.486	342.626.879	133	1158	61.181.305	215	1183	45.133.671	97	189	16.126.428
Moji das Cruzes	459	590	53.718.873	102	164	27.687.476	72	294	11.125.737	55	62	10.146.389
Piracicaba	627	1317	36.368.579	61	139	16.625.672	27	155	9.099.905	22	25	1.196.721
Ribeirão Preto	893	1317	55.227.219	148	451	42.705.487	133	223	26.121.843	84	150	30.777.718
Rio Claro	172	384	18.992.802	22	63	7.744.600	53	74	9.145.548	17	21	3.220.912
Santo André	694	796	99.925.498	307	513	73.267.401	79	142	45.429.461	111	655	19.354.048
SA. de Santos	392	454	204.358.636	232	314	49.256.457	79	131	9.495.458	97	147	14.990.410
Za. de Santos	345	412	31.413.794	234	367	50.026.520	90	327	5.767.103	78	83	16.814.354
São Bernardo do Campo..	448	593	16.023.601	99	125	18.429.514	41	70	12.231.716	134	378	37.728.798
São Caetano do Sul...	234	281	23.135.840	120	127	17.129.267	71	456	10.508.229	121	190	22.562.822
São Carlos	497	837	60.609.133	41	68	4.233.522	64	173	13.310.135	27	30	3.892.682
São José dos Campos...	263	398	32.931.989	138	372	19.001.492	45	68	6.740.588	119	117	20.453.332
Sorocaba	398	443	33.955.792	67	394	18.792.789	110	180	16.322.115	78	87	23.607.529
Taubaté	145	213	10.721.810	81	1964	2.611.892	25	42	4.970.787	34	37	15.806.084
SA. de Curitiba	147	505	51.902.112	200	252	53.697.690	207	261	11.377.752	78	84	24.623.279
Za. de Curitiba	732	869	60.253.160	79	95	45.677.889	149	235	30.170.100	91	113	24.758.787
Londrina	838	2590	55.560.235	47	195	9.809.270	82	145	13.520.774	19	19	5.000.615
Ponta Grossa	528	431	27.969.189	19	20	2.579.432	41	69	6.329.381	25	65	9.274.253
Gorubá	74	114	6.300.815	11	18	3.100.856	7	7	648.113	23	23	2.128.419
Cuiabá	93	99	5.364.252	29	58	6.988.120	23	27	2.890.175	13	14	2.146.243
S U B - T O T A L (fora da sede)	11.557	28.608	1.528.807.958	2.505	7.767	607.609.774	2.157	5.910	440.143.947	1.569	4.052	374.359.829
T O T A L G E R A L	29.512	14.219	3.913.640.403	8.600	27.928	2.173.784.617	4.665	11.775	948.586.038	4.692	9.394	807.996.619

(**) Instaladas em 09 de março de 1964

(**) Instaladas em 16 de março de 1964

= J U N T A S =	NÃO CONHECIDAS			ARQUIVADAS			DESVISTÊNCIAS			INCOMPETÊNCIA DA JUNTA	HOMOLOGAÇÃO DE DENÚNCIA	
	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$		Art. 500	LXI NO h.066 PROG.
1a. Junta	-	-	-	867	1014	267.652.000	382	419	71.333.050	1	1	1
2a. Junta	16	21	2.814.607	709	834	125.009.421	211	289	39.626.188	2	2	21
3a. Junta	21	23	7.412.016	544	635	88.771.384	113	147	18.211.260	5	5	24
4a. Junta	-	-	-	660	782	102.747.069	220	251	34.326.152	6	6	19
5a. Junta	-	-	-	1034	1207	32.055.021	96	98	107.363.987	-	-	22
6a. Junta	3	3	3.000	528	685	97.830.460	222	320	42.848.707	8	11	12
7a. Junta	-	-	-	900	992	113.005.609	-	-	-	2	2	2
8a. Junta	-	-	-	821	1017	99.712.862	275	317	41.688.126	-	-	23
9a. Junta	-	-	-	734	855	100.055.632	220	228	29.150.265	-	-	23
10a. Junta	-	-	-	1084	1194	137.530.886	-	-	-	2	2	25
11a. Junta	-	-	-	942	1051	106.797.874	281	335	37.776.867	1	1	15
12a. Junta	-	-	-	822	992	102.965.731	180	196	26.531.701	5	109	22
13a. Junta	-	-	-	617	776	97.745.532	152	187	22.529.518	h	h	22
14a. Junta	-	-	-	653	872	91.893.827	169	209	21.867.990	-	-	22
15a. Junta	-	-	-	549	762	15.352.310	147	214	25.165.420	1	1	16
16a. Junta	13	98	1.559.876	704	870	99.375.596	206	218	25.168.836	-	-	9
17a. Junta	-	-	-	692	931	85.752.005	52	105	3.839.611	1	1	15
18a. Junta	-	-	-	623	736	103.948.114	236	263	33.325.577	1	1	20
19a. Junta	-	-	-	807	1032	111.573.344	193	251	21.168.294	-	-	21
20a. Junta (**)	-	-	-	274	350	68.116.663	94	105	16.872.300	1	1	17
21a. Junta (*)	-	-	-	211	264	49.781.707	105	111	18.762.085	-	-	20
22a. Junta (*)	-	-	-	435	590	110.748.608	-	-	-	-	-	18
23a. Junta (**)	-	-	-	266	321	42.081.690	72	75	12.906.008	-	-	20
SUB-TOTAL (total da sede)	53	145	11.819.529	15.476	18.751	2.255.131.266	3.694	4.368	653.092.972	h0	147	h09
Americanas	-	-	-	94	818	44.355.339	32	196	12.620.771	2	2	4
Araraquara	7	11	1.994.432	128	258	62.577.509	74	123	17.392.015	3	12	26
Barretos	-	-	-	22	26	10.702.829	5	5	1.658.584	8	9	22
Bauru	-	-	-	106	117	13.188.616	43	52	6.525.965	20	40	20
Campinas	-	-	-	359	618	68.175.643	19	22	4.650.646	4	5	33
Guarulhos	-	-	-	206	278	21.792.862	57	67	7.983.687	2	2	8
Jundiaí	17	28	5.296.060	155	287	21.507.449	-	-	-	13	17	21
Moji das Cruzes	7	8	3.038.616	359	775	62.729.458	64	65	3.980.837	-	-	7
Piracicaba	-	-	-	141	326	22.312.715	80	223	103.308.107	9	12	26
Ribeirão Preto	-	-	-	278	520	70.107.081	47	68	11.991.557	-	-	64
Rio Claro	4	4	5.061.866	117	220	20.621.236	-	-	-	9	175	
Santo André	-	-	-	502	652	67.651.318	160	180	27.515.219	6	6	80
1a. de Santos	21	97	9.369.668	373	439	55.471.362	130	735	17.473.213	3	3	29
2a. de Santos	-	-	-	416	443	53.575.821	175	189	23.003.851	-	-	25
São Bernardo do Campo	6	7	3.278.000	146	177	21.895.091	113	123	17.413.616	9	16	42
São Caetano do Sul	-	-	-	139	141	19.148.314	50	60	3.977.026	1	1	91
São Carlos	8	9	1.375.480	72	96	16.283.496	30	35	6.178.691	2	2	5
São José dos Campos	3	3	-	155	219	28.855.103	38	57	6.280.385	3	3	34
Sorocaba	-	-	-	129	133	36.326.308	79	114	19.286.899	2	2	6
Taubaté	-	-	-	35	160	25.117.276	55	92	31.701.696	1	1	52
1a. de Curitiba	1	1	-	490	590	91.815.575	245	268	26.019.992	16	16	55
2a. de Curitiba	-	-	-	290	333	52.011.833	148	189	26.529.278	13	13	40
Londrina	92	154	10.000	115	617	21.341.250	96	150	3.119.430	1	1	570
Ponta Grossa	-	-	-	87	108	26.403.189	19	22	3.865.055	14	71	1
Corumbá	-	-	-	31	32	3.283.986	7	7	400.678	-	-	12
Guiaíba	-	-	-	19	26	3.081.057	16	16	1.890.852	3	3	60
SUB-TOTAL (total fora da sg de)	126	322	29.425.152	5.046	8.469	943.927.999	1.742	3.056	391.768.078	135	237	738
TOTAL GERAL	179	467	41.242.681	20.522	27.223	3.197.059.223	5.396	7.421	1.048.860.650	175	304	1.147

(e) Instaladas em 09 de março de 1961

(ee) Instaladas em 16 de março de 1961

J U N T A S	I N Q U Í S I T O S J U D I C I A I S								R E C U R S O S						
	C O N C I L I A D O S		P R O C E D I M E N T O S		D I F R E C T O R I A M E N T E		A R Q U I V A D O S		O R D E N A M E N T O R I O S	R E V I S T A	A G R . D E I N S T I T U M E N T O	A G R . D E P E T I Ç Ã O	P R O V I D E N C I A S	P R O V I D E N C I A S P R O M A R T E	J U L G A Ó S
	P R O C .	R E C L .	P R O C .	R E C L .	P R O C .	R E C L .	P R O C .	R E C L .							
1a. Junta	1	1	2	2	2	2	-	-	90	79	18	17	8	6	133
2a. Junta	3	3	2	2	2	2	3	3	203	128	24	21	6	3	161
3a. Junta	1	1	5	6	-	-	1	1	137	82	23	19	36	1h	152
4a. Junta	3	4	1	1	6	6	1	1	207	101	22	27	10	3	152
5a. Junta	2	2	-	-	2	2	-	-	112	79	47	16	8	6	106
6a. Junta	4	7	1	1	4	4	1	1	124	69	27	22	4	-	120
7a. Junta	4	6	-	-	-	-	-	-	119	111	16	14	6	2	107
8a. Junta	3	3	-	-	-	-	1	1	115	48	13	18	8	8	87
9a. Junta	4	4	3	3	1	1	-	-	175	1h1	47	13	12	6	199
10a. Junta	5	5	-	-	-	-	-	-	129	75	13	21	1	1	105
11a. Junta	-	-	-	-	-	-	-	-	145	99	16	20	10	6	147
12a. Junta	1	1	2	2	2	2	-	-	139	119	24	18	22	7	165
13a. Junta	1	1	2	2	5	5	1	1	393	1h2	44	49	h	7	200
14a. Junta	-	-	-	-	3	3	-	-	240	160	43	20	13	5	183
15a. Junta	-	-	2	3	1	1	-	-	187	111	22	21	8	8	144
16a. Junta	-	-	-	-	-	-	-	-	166	85	58	23	6	4	121
17a. Junta	-	-	1	1	1	1	1	1	311	158	13	15	11	2	242
18a. Junta	2	2	3	3	-	-	-	-	148	89	21	17	11	5	126
19a. Junta	2	2	1	1	1	1	-	-	126	108	12	15	5	3	142
20a. Junta (**)	2	2	-	-	-	-	-	-	66	26	10	1	3	-	67
21a. Junta (**)	1	1	1	1	-	-	-	-	171	39	9	6	2	1	55
22a. Junta (**)	1	1	-	-	1	1	-	-	94	37	12	11	6	-	38
23a. Junta (**)	-	-	1	1	-	-	1	1	137	34	7	9	8	2	53
S U B - T O T A L (total da sede)....	40	46	28	29	31	34	10	10	3.691	2.120	545	416	233	99	3.065
Americana	-	-	1	1	1	1	-	-	16	7	3	1	-	2	15
Araraquara	-	-	1	1	--	-	-	-	49	17	4	2	-	-	35
Barretos	-	-	-	-	6	4	1	1	145	18	2	1	h	-	19
SANTOS	-	-	-	-	2	2	3	3	99	36	23	6	1	1	62
Guarujá	3	3	1	1	-	-	-	-	92	64	8	17	3	1	86
Guarulhos	-	-	-	-	1	1	-	-	136	49	17	3	4	5	63
Jundiaí	5	5	3	3	3	3	-	-	132	71	26	9	6	4	106
Moji das Cruzes	1	1	2	2	2	2	-	-	31	35	2	2	2	2	66
Piracicaba	1	1	-	-	-	-	-	-	19	22	3	2	-	4	33
Ribeirão Preto	2	2	4	4	1	1	2	2	167	13	11	9	8	9	28
Rio Claro	-	-	1	1	-	-	1	1	68	17	6	6	3	-	13
Santo André	5	11	-	-	-	-	-	-	69	112	6	2	8	1	156
1a. de Santos	2	1	4	3	4	4	3	3	134	68	42	17	7	2	78
2a. de Santos	2	2	2	2	2	2	-	-	69	40	17	9	8	1	65
São Bernardo do Campo	1	1	1	1	-	-	-	-	71	35	2	6	7	1	46
São Caetano do Sul	2	2	-	-	2	2	-	-	80	67	13	5	4	3	84
São Carlos	-	-	2	2	1	1	-	-	60	24	-	3	5	1	30
São José dos Campos	1	1	-	-	2	2	-	-	29	26	21	3	4	-	65
Sorocaba	-	-	-	-	2	2	-	-	95	27	19	9	-	2	36
Taubaté	-	-	-	-	1	1	-	-	38	26	5	5	1	1	25
1a. de Curitiba	2	2	-	-	2	2	-	-	255	27	13	8	4	h	95
2a. de Curitiba	4	4	2	2	-	-	-	-	120	15	6	1	3	3	32
Londrina	-	-	-	-	1	1	-	-	89	1	-	-	1	-	5
Ponta Grossa	3	3	-	-	-	-	3	3	44	2	1	5	1	-	6
Corumbá	1	1	-	-	1	1	-	-	7	-	-	2	-	-	-
Cuiabá	-	-	-	-	1	1	-	-	23	-	1	-	-	-	-
S U B - T O T A L (total fora sede)	35	40	24	23	33	34	13	13	2.146	819	253	133	83	47	1.211
TOTAL GERAL	75	86	52	52	64	65	23	23	5.837	2.939	798	519	316	146	4.276

(**) Instaladas em 09 de março de 1961

(**) Instaladas em 16 de março de 1961

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	CONTADAS	ARRECADADAS	DISPENSADAS	INOLUIMENTOS DE TRASL. E CERTIDÕES
1a. Junta	CR\$ 10.498.610	CR\$ 4.379.554	CR\$ 7.584.935	CR\$ 35.441
2a. Junta	8.631.510	3.126.233	5.118.696	26.523
3a. Junta	6.607.901	1.629.032	3.620.045	9.829
4a. Junta	7.702.500	2.166.956	5.139.038	26.842
5a. Junta	4.184.916	2.698.132	3.301.572	18.484
6a. Junta	6.922.470	1.836.012	5.010.072	10.421
7a. Junta	6.014.118	1.951.800	7.243.872	7.625
8a. Junta	2.818.572	1.955.639	4.347.031	15.746
9a. Junta	1.910.077	1.602.469	4.239.280	10.700
10a. Junta	7.200.592	1.878.995	4.487.636	11.503
11a. Junta	2.632.871	2.617.622	4.116.589	6.411
12a. Junta	6.930.853	1.960.330	4.285.542	6.969
13a. Junta	8.134.190	6.226.468	3.575.321	41.866
14a. Junta	9.206.472	4.270.039	4.126.278	43.717
15a. Junta	11.372.011	6.003.507	4.516.254	17.783
16a. Junta	7.543.279	2.302.203	4.016.583	47.162
17a. Junta	1.806.509	4.124.851	3.795.919	24.458
18a. Junta	2.987.872	2.793.429	2.052.267	19.310
19a. Junta	6.281.423	1.860.524	4.584.179	14.735
20a. Junta (**)	4.831.928	1.100.406	3.499.451	12.299
21a. Junta (*)	6.056.022	1.636.168	3.883.385	10.555
22a. Junta (*)	4.295.529	2.956.766	2.828.677	8.006
23a. Junta (**)	7.013.923	2.248.734	2.504.430	11.283
SUB-TOTAL (total da sede)	111.624.811	63.305.869	97.967.082	531.431
Americana	2.725.062	770.260	1.915.731	15.986
Araraquara	3.010.447	813.497	1.406.775	5.970
Barretos	2.034.611	1.815.024	95.994	6.630
Bauru	3.013.637	2.132.625	973.176	45.708
Campinas	4.670.110	1.678.036	2.091.395	10.084
Guarulhos	3.121.826	1.432.929	1.194.248	21.944
Jundiaí	10.628.852	6.209.082	198.629	30.413
Moji das Cruzes	4.139.311	1.515.573	2.197.675	7.075
Piracicaba	2.967.011	1.165.768	1.565.976	6.656
Ribeirão Preto	5.548.451	3.873.127	2.413.851	27.140
Rio Claro	1.412.065	642.478	768.399	13.915
Santo André	8.489.567	4.856.795	3.012.904	4.663
1a. de Santos	7.990.182	5.044.715	3.008.920	14.170
2a. de Santos	5.916.424	2.776.887	1.959.194	7.143
São Bernardo do Campo	1.916.461	1.494.570	1.863.232	5.833
São Caetano do Sulva	2.152.767	1.593.052	815.029	13.642
São Carlos	1.861.910	687.501	1.200.456	10.158
São José dos Campos	1.218.841	952.858	1.088.847	15.763
Sorocaba	3.237.373	849.005	2.354.777	20.267
Taubaté	54.019.767	344.387	1.173.220	6.324
1a. de Curitiba	3.500.161	3.207.865	3.011.708	41.029
2a. de Curitiba	5.737.828	2.046.813	2.116.013	7.622
Londrina	2.716.262	2.427.758	400.295	12.120
Ponta Grossa	920.524	763.161	951.628	5.373
Corumbá	396.417	154.712	224.656	11.675
Cuiabá	530.038	343.482	147.733	3.803
SUB-TOTAL (total fora da sede)	143.945.945	19.592.290	38.250.461	371.426
 TOTAL GERAL	235.530.786	112.898.159	136.217.543	902.857

(*) Instaladas em 09 de março de 1964;

(**) Instaladas em 16 de março de 1964;